

SEC-BA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Técnico Administrativo

- *Língua Portuguesa*
- *Conhecimentos Contextuais*
- *Conhecimentos sobre Políticas Educacionais e de Combate à Pobreza*
- *Noções Gerais da Igualdade Racial e de Gênero*
- *Conhecimentos Específicos*
- *Raciocínio Lógico e Matemático*



Conteúdo de acordo
com o Edital
Legislação comentada
Questões gabaritadas

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

SEC-BA

Técnico Administrativo em Nível Médio

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A *Editora Nova Concursos* será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Técnico Administrativo em Nível Médio de acordo com o Edital nº 004/2026, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia - SEC-BA*

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da *banca IBFC*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ LEITURA E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS DE TEXTOS	9
TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS EXTRAÍDOS DE LIVROS, PERIÓDICOS CONTEMPORÂNEOS EM MEIOS IMPRESSOS E ELETRÔNICOS	9
■ TEXTOS MISTOS: VERBAIS E NÃO VERBAIS INCLUSIVE IMAGÉTICOS.....	12
■ SEMÂNTICA E O SENTIDO DAS PALAVRAS.....	13
RELAÇÃO ENTRE SIGNIFICANTES (SINAIS, SÍMBOLOS, PALAVRAS E FRASES).....	13
■ PONTUAÇÃO E SEUS RECURSOS SINTÁTICO-SEMÂNTICOS	15
CONHECIMENTOS CONTEXTUAIS	27
■ CONHECIMENTOS CONTEXTUALIZADOS À REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA E SUAS DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS	27
TEMAS DE INTERESSE DO MUNDO GLOBALIZADO PAUTADOS PELAS DIVERSAS MÍDIAS E TEMAS DE REPERCUSSÃO E RELEVÂNCIA VEICULADOS NAS MÍDIAS EM ÂMBITO NACIONAL E LOCAL	27
■ VISÃO CRÍTICA FRENTE AOS DESAFIOS APRESENTADOS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO GLOBAL, ESPECIFICAMENTE NO BRASIL E AS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	146
CONHECIMENTOS SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE COMBATE À POBREZA.....	149
■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E LEI 14.945, DE 31 DE JULHO DE 2024.....	149
■ CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA DA EDUCAÇÃO.....	176
■ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	178
■ HISTÓRICO, OBJETIVOS, RESULTADOS ALCANÇADOS, ÍNDICES DE POBREZA NO BRASIL E NO MUNDO, PROJETOS SOCIAIS E LEGISLAÇÃO	180
DECRETO 12830/11 (BAHIA).....	181
■ DECRETO FEDERAL 4.564/2003.....	183
■ RESOLUÇÃO Nº 01, DE 5 DE JANEIRO DE 2021	184
■ RESOLUÇÃO Nº 03 DE 8 DE ABRIL DE 2025	189

NOÇÕES GERAIS DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO	199
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	199
ART. 1º	199
ART. 3º	200
ART. 4º	200
ART. 5º	201
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, (CAP. XXIII “DO NEGRO”)	222
■ LEI FEDERAL Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL)	222
■ LEI ESTADUAL Nº 13.182, DE 06 DE JUNHO DE 2014 (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E DE COMBATE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA)	237
REGULAMENTADA PELO DECRETO ESTADUAL Nº 15.353, DE 08 DE AGOSTO DE 2014, DECRETO ESTADUAL Nº 15.670 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014, DECRETO ESTADUAL Nº 15.671 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014, DECRETO ESTADUAL Nº 15.669, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.....	237
■ LEI FEDERAL Nº 7.716, DE 05 DE JANEIRO DE 1989 (TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR).....	249
■ DECRETO FEDERAL Nº 65.810, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1969 (CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL)	255
■ DECRETO FEDERAL Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 (CONVENÇÃO SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER)	267
■ LEI FEDERAL Nº 11.340, DE 07 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA).....	272
■ CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (ART. 140)	284
■ LEI FEDERAL Nº 9.455, DE 07 DE ABRIL DE 1997 (COMBATE À TORTURA)	285
■ LEI FEDERAL Nº 2.889, DE 01 DE OUTUBRO DE 1956 (COMBATE AO GENOCÍDIO).....	289
■ LEI FEDERAL Nº 7.437, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985 (LEI CAÓ)	290
■ LEI ESTADUAL Nº 10.549, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006	293
MODIFICA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	293
■ LEI ESTADUAL Nº 12.212, DE 04 DE MAIO DE 2011	296
MODIFICA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E CARGOS EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	296
■ LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003	300
■ LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008.....	303

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	311
■ RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1/2021: DEFINE AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	311
■ O CONTEXTO DA LEI Nº 4.769, DE 9 DE SETEMBRO DE 1965, COM AS ATUALIZAÇÕES, E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	313
■ A BASE LEGAL DA FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO CONTIDA NOS REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	317
DECRETO Nº 5.154/2004	317
RESOLUÇÃO CNE Nº 6/2012.....	318
■ A ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À LUZ DA LEI FEDERAL Nº 9.784/1999: ÓRGÃO, INSTITUIÇÃO E AUTORIDADE.....	326
■ A UNIDADE ADMINISTRATIVA: FUNÇÕES, O CARGO PÚBLICO E SUAS RESPONSABILIDADES.....	336
■ OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	336
■ A DEFINIÇÃO CONSTITUCIONAL PARA O ORDENAMENTO DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	339
■ OS SENTIDOS DA EXPRESSÃO “ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” E SEU ESCOPO NO CAMPO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	343
■ A CARACTERIZAÇÃO DA “ESTRUTURA ORGANIZACIONAL”	346
■ UM MARCO DE MODELO DE GESTÃO PÚBLICA: O DECRETO-LEI Nº 200/1967: ESCOPO, FUNDAMENTOS E CARACTERIZAÇÕES ESSENCIAIS	354
■ O DECRETO FEDERAL Nº 9.739/2019 E MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ORGANIZACIONAL	375
MODELAGEM PARA O APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE INOVAÇÃO, COM DESTAQUE PARA OS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES	375
■ BAHIA: A LEI Nº 13.204/2014 E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	384
■ A LDB E AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: A ABORDAGEM SOBRE OS SISTEMAS DE ENSINO E O CONCEITO DE DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO COMO PARADIGMA PARA OS SISTEMAS DE ENSINO INSTITUÍDOS PELA LDB	388
■ O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O DETALHAMENTO DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO	388
■ AS RESOLUÇÕES DO ÂMBITO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERTINENTES AO ORDENAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E AO ENSINO SUPERIOR.....	442
■ NOÇÕES DE INFORMÁTICA E USO DOS SEUS DISPOSITIVOS PARA ORDENAMENTO DE PASTAS E ARQUIVOS ÚTEIS À GESTÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO	445

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO	451
ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS.....	451
DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES	452
COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO, UTILIZANDO AS FUNÇÕES INTELECTUAIS: FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS	452
RACIOCÍNIO VERBAL	452
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	453
RACIOCÍNIO SEQUENCIAL.....	453
ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL	453

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS DE TEXTOS

TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS EXTRAÍDOS DE LIVROS, PERIÓDICOS CONTEMPORÂNEOS EM MEIOS IMPRESSOS E ELETRÔNICOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

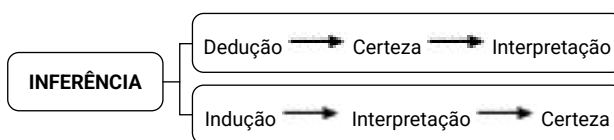
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

CONHECIMENTOS CONTEXTUAIS

CONHECIMENTOS CONTEXTUALIZADOS À REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA E SUAS DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS

TEMAS DE INTERESSE DO MUNDO GLOBALIZADO PAUTADOS PELAS DIVERSAS MÍDIAS E TEMAS DE REPERCUSSÃO E RELEVÂNCIA VEICULADOS NAS MÍDIAS EM ÂMBITO NACIONAL E LOCAL.

Julho de 2025

- **Como Trump usa a “teoria do louco” para reconfigurar a política mundial — e por que isso tem funcionado¹**

Desde seu retorno à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump tem adotado uma estratégia diplomática baseada na “teoria do louco”, uma tática herdada da Guerra Fria e popularizada por Richard Nixon.

A ideia central é projetar uma imagem de imprevisibilidade extrema e agressividade calculada com o objetivo de intimidar adversários e forçar concessões vantajosas nas negociações internacionais.

- **Aplicações da “teoria do louco” no cenário global**

Trump tem aplicado essa abordagem em diversas frentes:

- **China:** ameaças e imposição de tarifas comerciais abruptas para pressionar Pequim em negociações comerciais e tecnológicas;
- **Irã:** retirada do acordo nuclear e ameaças militares para forçar um novo pacto sob condições mais rígidas; e
- **Aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan):** cobranças públicas para que aumentem seus gastos militares, acompanhadas de advertências sobre redução do comprometimento americano.

No caso recente do Brasil, o anúncio repentino de **tarifas de 50% sobre produtos brasileiros** e a retirada de tropas americanas da Europa Oriental refletem essa estratégia de ações bruscas que criam incerteza e pressão.

- **Resultados e repercussões da estratégia**

Embora seja alvo de críticas por especialistas que temem uma desestabilização global e desgaste da credibilidade dos EUA, a “teoria do louco” tem obtido alguns resultados concretos:

- países como **Arábia Saudita** e **Turquia** demonstraram maior flexibilidade e disposição para negociações favoráveis a Washington; e
- o medo da imprevisibilidade levou adversários a **cederem em certos pontos-chave** para evitar confrontos diretos ou sanções punitivas.

- **Os riscos dessa aposta geopolítica**

Entretanto, analistas alertam para os perigos dessa postura:

- erosão da confiança internacional nos EUA como mediador estável e confiável;
- aumento do risco de crises inesperadas e conflitos acidentais devido à volatilidade das decisões; e
- potencial isolamento em fóruns multilaterais importantes, que exigem diálogo e cooperação constante.

- **A “teoria do louco” e seus impactos na diplomacia dos EUA**

A “teoria do louco” de Trump representa uma mudança radical na diplomacia americana, que aposta na intimidação calculada para obter ganhos rápidos.

Embora eficaz em algumas negociações, ela pode comprometer a posição dos EUA a médio e longo prazo, exigindo dos demais países uma postura adaptativa para lidar com essa imprevisibilidade.

¹ LITTLE, A. Como Trump está usando a ‘Teoria do Louco’ para tentar mudar o mundo (e está funcionando). **G1**, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/07/07/como-trump-esta-usando-a-teoria-do-louco-para-tentar-mudar-o-mundo-e-esta-funcionando.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CONHECIMENTOS SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE COMBATE À POBREZA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E LEI 14.945, DE 31 DE JULHO DE 2024

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO E DEBATES

Para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, é preciso a participação dos estudantes em todas as atividades cotidianas da escola, para a efetivação de uma real inclusão desses sujeitos.

Por isso, antes de debater as legislações, é preciso considerar os **aspectos históricos, psicossociais, políticos e pedagógicos** que envolvem a educação especial inclusiva. Nesse contexto, Mendes (2010) analisa as mudanças históricas e sociais do campo da educação especial inclusiva no Brasil.

Segundo apresenta, é possível relacionar práticas e concepções vigentes ao contexto mais amplo de um país marcado por um longo período de descaso do poder público em relação à escolarização da população em geral e da presença marcante de instituições privadas de viés mais assistencialista-filantrópico do que educacional.

Assim, segundo a autora, iniciativas isoladas foram constatadas no Brasil na área da educação especial inclusiva até a década de 1970, quando respostas mais abrangentes são dadas a essa questão, especialmente com questionamentos ao pressuposto da segregação escolar como alternativa para o melhor atendimento às necessidades educacionais diferenciadas.

Fortalece-se, então, o princípio da integração escolar até a década de 1990, quando, em um contexto de redemocratização, começa a emergir o discurso atual da educação inclusiva, embora permaneça o quadro generalizado de exclusão escolar desses sujeitos.

Para Mendes (2010), essa situação não se limita à falta de acesso, mas se estende à ausência de profissionais qualificados, de recursos e de responsabilização do poder público ao direito à educação.

Considerando essas mudanças referentes ao campo da educação especial inclusiva no Brasil, é importante ressaltar as orientações e determinações presentes nos documentos legais, promulgados nos últimos anos, como:

- a Constituição Federal, de 1988;
- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996;
- a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2011;
- a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008;

- o Plano Nacional de Educação, de 2014; e
- a Lei nº 13.146, de 2015.

Entende-se que esses regulamentos representaram grandes avanços a nível nacional, principalmente no que diz respeito aos objetivos da educação especial inclusiva, ao seu público-alvo e ao papel do Estado na efetivação das políticas e do direito à educação, direito formal de todos os cidadãos, no âmbito dos direitos sociais.

Em relação à educação de pessoas com deficiência, esses documentos refletem os avanços históricos quanto aos objetivos da educação especial inclusiva, sendo que a Lei Brasileira de Inclusão (2015) apresenta uma visão mais ampla e flexível, considerando que o objetivo principal é assegurar a proteção da dignidade da pessoa com deficiência.

São estabelecidos novos direitos tanto no âmbito educacional — como acesso, permanência, aprendizagem e participação nas instituições de ensino — quanto no mercado de trabalho, na habitação, na saúde, dentre outros âmbitos, para possibilitar vivências dignas e igualitárias.

Essa ampliação também pode ser observada em relação ao público-alvo, já que há, nos documentos recentes, uma caracterização das especificidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, a serem observadas nas práticas de ensino-aprendizagem.

Há, assim, um novo olhar à perspectiva da educação inclusiva, com o estabelecimento de linhas de ações que norteiam a compreensão da inclusão como um movimento para além da educação de pessoas com deficiência.

Todavia, a efetivação do direito à educação e de outros direitos a potencializar a inclusão desses sujeitos ainda encontra uma série de dificuldades, especialmente em um país como o Brasil, marcado por diferenças culturais e desigualdades sociais significativas. Para Mendes (2010), apesar da expansão, em um contexto de fortalecimento do pensamento neoliberal e de minimização da responsabilidade do poder público, mantém-se, atualmente, a necessidade de construção de uma escola pública de qualidade e democrática para todos.

Nesse contexto, Ainscow (2009) discute sobre os desafios e possibilidades vinculados à educação inclusiva, o executando por meio de uma revisão ampla das perspectivas que se fazem presente nesse campo de conhecimento.

Para o autor, existem várias ideias de inclusão a nível internacional e que **questionam a própria organização escolar**, a saber:

- inclusão referente à deficiência e à necessidade de educação especial;
- inclusão como resposta a exclusões disciplinares;
- inclusão que diz respeito a todos os grupos vulneráveis à exclusão;
- inclusão como forma de promover escola para todos;
- inclusão como educação para todos.

Feito isso, Ainscow (2009) apresenta o modo como a inclusão, mais do que uma definição única e consensual, deve ser desenvolvida nas escolas, de acordo com seu contexto particular. Para ele, deve-se apresentar,

NOÇÕES GERAIS DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ART. 1º

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

Art. 1º *A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Dica

Para auxiliá-lo na memorização dos mencionados fundamentos, guarde o mnemônico “**SO-CI-DI-VA-PLU**”:

- Soberania;
- Cidadania;
- Dignidade;
- Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- Pluralismo político.

A Soberania

Como preleciona José Afonso da Silva (2017), a soberania é um poder **supremo e independente**. É, ainda, fundamento do próprio conceito de Estado. Diante disso, não precisaria ser mencionada no Texto Constitucional.

A demonstração do poder soberano pode ser vista de forma interna (poder do Estado, sendo, nesse caso, exteriorizada pela prevalência de suas normas e decisões sobre todas as demais proferidas) ou externa (quando nos relacionamos com entidades internacionais, sendo, nesse caso, exteriorizada pela não

subordinação a nenhum outro Estado, decidindo pela subordinação a determinada regra somente quando livremente manifestado).

A Cidadania

Podemos considerar cidadania como um objeto de direito fundamental, pois é a participação do indivíduo no Estado democrático de direito.

No Texto Constitucional, em sentido amplo, a existência da cidadania está atrelada à vivência social, à construção de relações, à mudança de mentalidade, à reivindicação de direitos e ao cumprimento de deveres.

Assim, podemos concluir que a cidadania pode ser exercida não somente com o direito de voto, mas também com a participação do cidadão em conselhos de temas importantes, como saúde e educação, com o comparecimento em audiências públicas e com a participação nas reuniões referentes ao orçamento participativo.

Vale ressaltar que nem toda pessoa é considerada cidadã. Em provas de concurso, é importante observar que cidadão é todo ser humano que está em condição de votar e ser votado. Assim, podemos concluir que uma criança e os estrangeiros não naturalizados não podem ser considerados cidadãos.

Atenção! Cuidado para não confundir cidadania com nacionalidade: nacionalidade é o vínculo jurídico político que une uma pessoa a um Estado, ao passo que cidadania é a participação do indivíduo no Estado. Inclusive, a nacionalidade é requisito para ser cidadão, ou seja, para ser cidadão o indivíduo deve ser brasileiro nato ou naturalizado.

A Dignidade da Pessoa Humana

A dignidade da pessoa humana é um valor que influencia o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem consagrados no Texto Constitucional. É uma proteção do indivíduo não somente em face do Estado, mas também perante toda a sociedade.

Nesse sentido, Alexandre de Moraes (2011) considera que a dignidade da pessoa humana é valor espiritual e moral que se manifesta na autodeterminação da própria vida e traz consigo a busca pelo respeito por parte das demais pessoas.

Note que a dignidade da pessoa humana é o direito de titularidade universal, isto é, todos têm acesso a esse direito pelo simples fato de serem pessoas. Assim, a nacionalidade e/ou capacidade não são fatores que possibilitam maior proteção: o que o faz é o fato de ser cidadão, seja ele nacional ou estrangeiro.

Os Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa

Dispositivo que objetiva a proteção ao trabalho, pois é por meio dele que o homem garante sua subsistência e o crescimento do Brasil.

Aqui, não se faz menção somente ao “trabalhador CLT”, mas também aos autônomos, empresários, empreendedores e empregadores.

Portanto, é necessário estabelecer a proteção desse importante direito social. Por sua vez, a livre iniciativa consiste numa doutrina que defende a total liberdade para o exercício de atividades econômicas, sem qualquer interferência do Estado.

1 “Trabalhador CLT” é um termo popular utilizado para definir trabalhador/funcionário regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (portanto, com carteira assinada).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1/2021: DEFINE AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Resolução CNE/CP nº 1, de 2021, define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica. Essa resolução dispõe em seu Capítulo I, parágrafo único, do art. 1º, o seguinte:

Art. 1º [...]

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, entende-se por Diretriz o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições e redes de ensino públicas e privadas, na organização, no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, presencial e a distância.

Assim, esta Resolução CNE/CP nº 1, de 2021, apresenta os princípios orientadores dos sistemas de ensino e instituições públicas e privadas para a implementação da Educação Profissional e Tecnológica, nas modalidades a distância e presencial.

O Capítulo II da resolução trata dos princípios norteadores, assim o inciso I, art. 3º, define como princípio da educação profissional e tecnológica da seguinte forma:

Art. 3º [...]

I - articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes. [...]

Nessa orientação de preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, considera-se o respeito, considerando-se os aspectos éticos e políticos da educação nacional. Com isso, o intuito é o desenvolvimento dos estudantes visando a formação para a cidadania e formação para o mercado de trabalho.

Já o inciso V, do art. 3º, desta mesma Resolução indica a seguir:

Art. 3º [...]

V - estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social. [...]

Este princípio de adoção à pesquisa como recurso pedagógico torna-se essencial no que concerne a um mundo de constantes transformações. A pesquisa é fonte de conhecimentos que orienta práticas de um impacto social efetivo.

Ainda no mesmo dispositivo do inciso IX, art. 3º, faz disposições a respeito da utilização de diferentes estratégias educacionais, da seguinte maneira:

Art. 3º [...]

IX - Utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem. [...]

Com isso, a orientação é a de que sejam utilizadas estratégias educacionais que atendam às especificidades de cada contexto social. Um trabalho com práticas que sejam significativas aos estudantes e que seja fundamentado pelo diálogo entre teoria e prática, de modo a promover a indissociabilidade desses dois elementos nos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, no que diz respeito ao inciso XI:

Art. 3º [...]

XI - observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade. [...]

Isso significa uma atenção especial às pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação. Portanto, orienta-se que sejam desenvolvidas ações que ofereçam igualdade de oportunidades às pessoas, tanto nos processos educacionais, como nos espaços sociais.

O Capítulo III dispõe da organização e funcionamento, assim é definido no art. 6º que:

Art. 6º *A Educação Profissional e Tecnológica pode se desenvolver em articulação com as etapas e as modalidades da Educação Básica, bem como da Educação Superior ou por diferentes estratégias de formação continuada, em instituições devidamente credenciadas para sua oferta ou no ambiente de trabalho.*

Este princípio orienta a realização da educação profissional e tecnológica tanto na educação básica e superior, como em instituições credenciadas, o que favorece a ampliação de sua oferta.

No art. 8º são apresentados critérios para o planejamento e a organização de cursos de Educação Profissional e Tecnológica:

Art. 8º [...]

*I - Atendimento às demandas socioeconômico ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho;
II - Conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino, considerando as reais condições de viabilização da proposta pedagógica;
III - possibilidade de organização curricular segundo itinerários formativos profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica*

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS

Neste tipo de conteúdo, intitulado “**estrutura lógica de relações arbitrárias**”, você notará a presença de situações diversas do mundo real, nas quais, a partir de um conjunto de hipóteses, ou seja, informações previamente conhecidas, será requisitada uma informação implícita ao problema.

Os enunciados irão fornecer o mínimo possível de afirmações sobre os objetos de estudo, sejam frases de negação (do tipo “Maria não é a mais nova”), sejam afirmações (como “João é o mais velho”).

Você perceberá, também, que frases de afirmação fornecem mais conclusões do que frases negativas, uma vez que, no primeiro tipo, as relações são mutuamente excludentes — ou seja, em um mesmo problema, se João é o mais velho, então ele não é o mais novo, não havendo nenhuma outra pessoa mais velha do que ele.

Como, muitas vezes, os enunciados trazem uma gama de informações, recomenda-se o uso de uma tabela simples que deve ser preenchida de acordo com as interpretações do problema. Cabe ressaltar, ainda, que a tabela não será completamente preenchida logo no primeiro momento, no qual o uso da interpretação será necessário para a finalização dos exercícios.

Acompanhe os exemplos a seguir e perceba a construção da tabela com os **indivíduos** do problema e suas possíveis **características**.

1. (FUNRIO — 2012) Os carros X, Y e Z possuem 100, 110 e 150 cavalos de potência, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que um deles é de fabricação nacional e que os outros dois são importados, sendo um de fabricação alemã e o outro de fabricação japonesa. Porém não se sabe qual a correta associação entre carros e países de fabricação. No entanto, sabe-se que: o carro X possui 100 cavalos de potência; o carro que possui 150 cavalos de potência é de fabricação alemã; o carro que possui 110 cavalos de potência não é nacional; e que o carro Y não é de fabricação japonesa.

Qual o país de fabricação e a potência do carro Y?

- a) Alemanha e 150 cavalos.
- b) Alemanha e 110 cavalos.
- c) Japão e 100 cavalos.
- d) Japão e 110 cavalos.
- e) Brasil e 100 cavalos.

Primeiramente, podemos dispor uma tabela simples com as características principais do problema. Note que as marcações nas lacunas em destaque se referem às informações retiradas a partir do enunciado.

1º: o carro X possui 100 cavalos;

2º: se o carro de 150 cavalos é alemão e o de 110 não é nacional, então o de 110 cavalos só pode ser japonês;

3º: se o carro Y não é japonês e o carro X tem 100 cavalos, então o alemão de 150 cavalos será o carro Y.

	100	110	150	Brasil	Alemanha	Japão
X	V	X	X	V	X	X
Y	X	X	V	X	V	X
Z	X	V	X	X	X	V

Portanto, o carro Y é de fabricação alemã e tem 150 cavalos. Resposta: Letra A.

2. (FUNRIO — 2012) André, Paulo e Raul possuem 30, 35 e 40 anos de idade, não necessariamente nessa ordem. Eles são engenheiro, médico e psicólogo, porém não se sabe a correta associação entre nomes e profissão. Sabe-se, porém, que André não tem 40 anos de idade nem é engenheiro, que Paulo possui 35 anos de idade, que Raul não é médico, e que o médico não possui 30 anos de idade.

Respectivamente, as profissões de André, Paulo e Raul são:

- a) psicólogo, engenheiro e médico.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ATIVAR DESCONTO!